



1
2
3
4

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA

5
6
7

**TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS* DA 8ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA
DE ECONOMIA E MEIO AMBIENTE**

8
9

6 de março de 2007
Brasília/DF

10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20

Nilo Diniz - CONAMA/MMA

Muito bem, então quero dar bom dia a todos os membros da Câmara Técnica, nós estamos aguardando a chegada da Conselheira ou Conselheiro, Representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio para completarmos o quorum, mas em função de que nós temos na pauta um tema que não vai exigir votação, eu acredito, a gente pode dar início em função do horário ao item 4.2, que é a respeito do seminário sobre impacto dos incentivos às atividades agropecuárias no avanço do desmatamento na Amazônia. Com um acordo aqui que eu quero propor ao Conselheiro Sérgio Guimarães, que assim que tivermos quorum a gente passar a apreciação do 4.1 seguindo a ordem normal dos pontos. Então, vou passar imediatamente passar para o Sérgio para os Conselheiros ouvirem a proposta preliminar que foi já inicialmente tratada na reunião anterior e que vem na verdade essa proposta do seminário vem da Reunião Extraordinária do CONAMA em Cuiabá em setembro de 2005. OK, Sérgio?

21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52

Sérgio Guimarães - ICV/ONGs CENTRO-OESTE

Bom dia a todos. Para os que não me conhecem ainda, eu sou Sérgio Guimarães, sou do Instituto Centro de Vida de Mato Grosso e sou Representante das organizações do Centro-Oeste no CONAMA. Essa proposta desse seminário surgiu numa reunião do CONAMA em 3 de setembro do ano passado quando nós estávamos discutindo a questão dos altos índices de desmatamento. Então, houve um consenso da importância da gente somar aos instrumentos de comando e controle que vêm tentando controlar o desmatamento, somar a isso outros instrumentos econômicos que possam contribuir para incentivar e desincentivar o desmatamento dependendo do mecanismo. E, trabalhar isso em articulação também com os governos e os produtores rurais. Então, a idéia foi se fazer um seminário em Cuiabá, até já temos uma data prevista, atrasamos, a idéia era fazer o ano passado, mas não foi possível e tem uma data prevista 18 de abril que está previsto aí, né? 16 e 17 de maio. Eu acho que na pauta estava errado. Fazer esse seminário para discutir as alternativas dentre os vários mecanismos econômicos existentes, as alternativas possíveis de mecanismo que possam contribuir para a redução do desmatamento. Mecanismo de incentivo, seja compensação, seja pagamento por serviços ambientais, e então eu acho que essa é a idéia. E a proposta que foi proposto nessa Câmara aqui, e até sugiro que a gente possa fazer uma coisa conjunta com a Câmara de Florestas, porque também é um tema de florestas, a idéia é que a gente crie um grupo que possa rapidamente desenvolver uma proposta para o seminário e circular na Câmara Técnica para que a gente possa definir isso rapidamente, essa proposta dos palestrantes, os temas específicos, e que a gente possa trabalhar isso e atender essa decisão da plenária do CONAMA. Eu volto a dizer que inclusive fui um dos inspiradores dessa proposta lá em Cuiabá, e acho que é fundamental que a gente possa contar também com os mecanismos e instrumentos econômicos para que possam contribuir no sentido da redução do desmatamento que é uma coisa fundamental nesse momento, principalmente com relação também à questão das mudanças climáticas que 75% das emissões do Brasil são correspondentes a desmatamento e queimadas, e eu acho que se torna mais oportuno e necessário e urgente a realização desse seminário. O Mato Grosso como campeão do desmatamento a nível nacional é estratégico que a gente possa fazer isso, chamando os outros estados para discutir isso, inclusive a Bahia. Então, eu acho que a minha idéia é essa e a proposta aqui é simplesmente a criação de um grupo que possa fazer essa reflexão e trabalhar na montagem do seminário.

53 **Nilo Diniz - CONAMA/MMA**

54

55 Algum comentário? Alguma sugestão?

56

57 **Evandro Américo Costa - CNC**

58

59 Evandro da CNC. Eu realmente sou favorável. Você teria já a pessoa, a comissão para fazer? Não, a
60 idéia é montar aqui?

61

62 **Sérgio Guimarães - ICV/ONGs CENTRO-OESTE**

63

64 A idéia é que a gente monte aqui esse grupo. A minha sugestão, por exemplo, eu acho que tem que
65 envolver como membro do CONAMA temos que envolver uma pessoa do governo do Mato Grosso. O
66 Secretário do Meio Ambiente do Mato Grosso, o Conselheiro do CONAMA é importante ele estar nesse
67 grupo, o Luiz Henrique. Eu acho que é importante. E acho que é importante ter outras pessoas
68 também, umas três ou quatro pessoas, acho que não mais que isso, depende, não mais do que cinco,
69 não sei.

70

71 **Oneida Freitas - Ministério do Turismo**

72

73 Oneida do Ministério do Turismo. Eu gostaria de sugerir a par das idéias da validade do evento que a
74 gente pudesse também envolver a SDS aqui do Ministério, porque tem muito acúmulo nessa área e isso
75 talvez fosse interessante para nos ajudar a arregimentar e até veicular esses papéis. Nós não nos
76 importamos de participar, mas acho que tem que ter gente com mais afinidade no assunto e que esteja
77 trabalhando na questão.

78

79 **Nilo Diniz - CONAMA/MMA**

80

81 Já que está sugerindo a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável eu acho que a de Coordenação da
82 Amazônia também era o caso para tratar o tema, como o seminário é da Amazônia, eu acho que
83 alguém da Secretaria da Amazônia poderia dar um apoio bom também.

84

85 **Paulo Sérgio Vila Nova Souza – IESB/GERC/ONGs NORDESTE**

86

87 Eu tenho duas sugestões já. Tem uma sugestão de uma pessoa que pode de alguma forma ou
88 participar como palestrante ou indicar um grupo que possa estar fazendo isso que é o doutor Marcelo
89 Caldas, ele hoje está nos Estados Unidos, só preciso procurar direitinho o endereço dele, e a tese de
90 doutorado dele foi exatamente sobre desmatamento da Amazônia e suas causas e efeitos. Muito
91 provavelmente ele deve ter trabalhado com essa questão e da agropecuária. Hoje o trabalho dele ainda
92 segue na Amazônia, ele está nos Estados Unidos, mas com o grupo de pesquisa americano que
93 trabalha esse tema, o desmatamento da Amazônia. O grupo eu não estou bem certo agora, mas eu
94 posso providenciar isso e encaminhar para vocês prontamente. E uma outra indicação que eu faço, é
95 que a gente procure também o Projeto Corredores Ecológicos. Porque eles têm uma ação na
96 Amazônia inteira nessa perspectiva de criar corredor ecológico. Lembrando que corredor ecológico é
97 um mosaico de uso e ocupação. Então muito provavelmente, ele vai ter nesse desenho de mosaico de
98 uso e ocupação alguns instrumentos e ferramentas que vão contrapor a questão da agropecuária de
99 forma intensiva pelo menos. Então, são essas duas sugestões que eu faço.

100

101 **Nilo Diniz - CONAMA/MMA**

102

103 Quantas pessoas nós listamos já para esse grupo? O ICV, o Governo do Mato Grosso, SDS e SCA. A
104 sugestão do palestrante é o Marcelo. Mas aí o grupo entra em contato para acertar a questão dos
105 nomes incluindo esse que nos sugere o Paulo Sérgio. O MDIC está chegando aqui. O Demétrio. Já
106 está indo a lista de presença, Demétrio. Nós estamos só adiantando aqui enquanto aguardávamos a
107 tua chegada para tratar de um dos assuntos em pauta que é o 4.2 que não demandaria votação da
108 Câmara Técnica, mas tendo quorum já a partir de agora, então a reunião passa a ser já plenamente
109 instalada e com possibilidade de fecharmos, se for necessário também com votações. Agora o 4.2, nós
110 já estamos concluindo, é o seminário sobre os impactos dos incentivos às atividades agropecuárias no
111 avanço do desmatamento na Amazônia. Nós definimos já uma comissão de organização constituída
112 pelo ICV, Governo do Mato Grosso, a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do Ministério e a

113 Secretaria de Coordenação da Amazônia. Eu pergunto se você tiver alguma sugestão mais de
114 integração nesse grupo, a idéia não é um grupo muito grande, claro que aí a gente pode colocar como
115 apoio a esse grupo a Secretaria do CONAMA, isso nem precisa constar, já é obrigação nossa. Eu
116 acredito que com esses quatros é suficiente para organizar. O que você acha, Sérgio? Está OK?
117 Governo do Estado, ICV e duas secretarias do Ministério, está razoável. A data proposta é 16 e 17 de
118 maio, o local Cuiabá, nós vamos tentar acertar com a SDS e SCA que não tem representante aqui
119 presente, o Governo do Mato Grosso, a primeira reunião de organização que tem que ser o quanto
120 antes, porque o prazo não é muito extenso para a organização e a gente acerta com o Conselheiro
121 Sérgio essa data para marcarmos essa reunião, e a secretaria consulta o Governo do Mato Grosso, o
122 Secretário Luiz Henrique, as duas secretarias do Ministério e fazemos contato com o Sérgio para poder
123 acertar essa data da primeira reunião.

124
125 **Demétrio Florentino de Toledo - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**

126
127 Será que não seria o caso de convidar também a CNA ou o Ministério da Agricultura, o MAPA?

128
129 **Nilo Diniz - CONAMA/MMA**

130
131 Acho que era bom. CNA e Ministério da Agricultura. Consulta os dois. Na verdade vamos ter que
132 consultar todos porque daqui o único membro presente é o ICV que é o Sérgio Guimarães que
133 representa, os demais nós vamos ter que consultar se eles topam participar do grupo e consultamos
134 também a CNA e Ministério da Agricultura. Bom, acho que em relação ao seminário é isso. Aí a gente
135 marca a próxima reunião e dá início. A gente agiliza esses contatos e já acerta a primeira reunião o
136 quanto antes, OK? Eu aguardo só o nosso Conselheiro do CNC e vamos passar imediatamente então
137 para o próximo ponto, eu só quero antes de resolver, antes de entrar no item 4.1 que é o GT "ad hoc" e
138 apresentação sobre a Resolução que trata de indicadores, implementação e cumprimento da norma
139 ambiental, estou aguardando aqui o retorno do Evandro. Em relação a isso que nós definimos no
140 seminário, então temos acordo de todos, algum Conselheiro da Câmara Técnica tem posição contrária
141 ao que a gente definiu aqui sobre o seminário? Podemos considerar então aprovada a iniciativa.
142 Agora, antes de dar a seqüência, eu quero apresentar aqui aos Conselheiros que estão presentes, o
143 Fernando que é o novo assessor técnico da equipe do CONAMA, assumiu agora em janeiro, ele veio
144 aqui dar assessoria parlamentar do Ministério do Meio Ambiente, já tem, portanto, uma experiência boa
145 aqui dentro do Ministério, não está chegando de fora e está assumindo essa Câmara Técnica como
146 assessor titular, e a Ruth continua como suplente. E, para nós darmos seguimento aqui a essa reunião
147 gostaria que a gente constituísse aqui uma presidência ainda que provisória para condução dos
148 trabalhos, tem que ser um membro da Câmara Técnica, e eu gostaria de chamar o Evandro. Evandro,
149 eu rapidamente fiz uma apresentação do Fernando que está assumindo agora a titularidade de
150 acompanhamento da Câmara, mas para dar seqüência essa Câmara Técnica hoje, a presidência vinha
151 sendo exercida pelo Estado de Goiás, mas o representante vai chegar atrasado e nós precisaríamos
152 eleger o vice, porque aí o vice já assumiria rapidamente a presidência aqui em exercício até que o
153 Presidente chegue, a gente está aguardando ele chegar às onze horas, daqui a pouco. Então, eu
154 perguntaria se temos condições de fazer essa rápida escolha aqui da vice presidência, para a gente
155 poder dar seqüência à reunião. O Sérgio Guimarães não é candidato, a doutora Maria do Carmo
156 também não, porque não é membro dessa Câmara Técnica, os candidatos aqui seriam MDIC, CNC,
157 Turismo e o representante das entidades pelo Nordeste. Então, teríamos que definir a presidência e
158 passo a palavra aos senhores para que encontrem aí uma maneira de resolver esse singelo impasse.

159
160 **Demétrio Florentino de Toledo - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**

161
162 Minha sugestão é que a gente obedeça assim uma ordem de tempo talvez na casa. Eu não me sentiria
163 de forma alguma apto chegando hoje a assumir tal responsabilidade, então o nosso amigo do ICV,
164 perdão ele não é membro, é a minha sugestão é essa.

165
166 **Oneida Freitas - Ministério do Turismo**

167
168 Oneida do Ministério do Turismo. Eu não me sentiria à vontade pelo titular não estar aqui e, portanto,
169 se tivesse nós poderíamos, mas de qualquer forma estamos prontos à colaborar.

170
171
172

173 **Evandro Américo Costa - CNC**
174
175 Evandro da CNC. Eu por diversas vezes já vim falando que eu não tenho interesse em função do meu
176 trabalho realmente que demanda muito, eu estou com muito trabalho mesmo, e eu sempre venho
177 falando, eu já falei para o Cássio que eu admiro muito essa Câmara e vejo essa dificuldade de se
178 estender, e a última eleição do presidente, eu gostei do rapaz de Goiás, e se não sei me falha a
179 memória, a pessoa que tinha sido indicado na última reunião, houve uma coisa com a vice-presidência
180 e a CNI parece que tinha aceitado, eu não me lembro bem, ela não está presente hoje. Ela faz parte e
181 ela com certeza estava interessada. Ia ficar mais ou menos assim, ela ia ficar como vice, Goiás como
182 Presidente. O MDIC, geralmente os presidentes chegam atrasados, já faz parte.
183
184 **Demétrio Florentino de Toledo - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**
185
186 É, a minha situação é a mesma do Ministério do Turismo, porque eu sou suplente, não sou titular.
187
188 **Nilo Diniz - CONAMA/MMA**
189
190 Deixa-me só fazer uma proposta para agilizar. Eu proporia que apenas nessa reunião, você Evandro
191 que já tem mais experiência na Câmara presidisse assim interinamente e a definição da vice-
192 presidência a gente deixasse para o momento em que a CNI estivesse presente e que o representante
193 porque você também não é o titular da região Nordeste, é representante que eventualmente possa se
194 manifestar sobre o interesse ou não da vice-presidência. Pode ser até que nem seja eleito vice-
195 presidente, porque nós temos eleição de Câmara Técnica na próxima plenária, e então devem mudar
196 alguns membros dessa Câmara Técnica. Seria só para hoje mesmo Evandro para a gente poder
197 conduzir os trabalhos. Temos acordo? Então eu já passo para presidir a mesa o Conselheiro Evandro.
198
199 **Evandro Américo Costa - CNC**
200
201 Bom dia a todos. A pauta da reunião, já foi aberta praticamente. Posso apresentar cada um? Vamos
202 lá, uma apresentação.
203
204 **Alysson Carvalho - MDIC**
205
206 Meu nome é Alysson Carvalho e sou do MDIC.
207
208 **Demétrio Florentino de Toledo - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**
209
210 Demétrio Toledo sou do MDIC.
211
212 **Evandro Américo Costa - CNC**
213
214 Evandro da CNC.
215
216 **Oneida Freitas - Ministério do Turismo**
217
218 Oneida Freire do Ministério do Turismo.
219
220 **Paulo Sérgio Vila Nova Souza - IESB/GERC/ONGs NORDESTE**
221
222 Paulo Sérgio Vila Nova do IESB e GERC.
223
224 **Nilo Diniz - CONAMA/MMA**
225
226 Nilo Diniz do CONAMA.
227
228 **Ruth Tabaczeinski - SECEX/CONAMA**
229
230 Ruth Tabaczeinski, assessora técnica do CONAMA.
231
232

233 **Fernando Caminati - CONAMA/MMA**

234

235 Fernando Caminati, assessor técnico do CONAMA.

236

237 **Sérgio Guimarães - ICV/ONGs CENTRO-OESTE**

238

239 Sérgio Guimarães, Instituto Centro de Vida e eu sou visitante na Câmara Técnica.

240

241 **Maria do Carmo Bezerra - ABEMA**

242

243 Maria do Carmo Bezerra, represento a ABEMA, mas também sou convidada hoje aqui na Câmara
244 Técnica.

245

246 **Evandro Américo Costa - CNC**

247

248 Bom, já fizemos a apresentação, vamos para o segundo item da pauta que é leitura e aprovação da ata
249 e da transcrição da sétima reunião realizada em 19 de abril de 2006. Bom, vai ser preciso a leitura?
250 Tudo OK? Alguma manifestação, alguma coisa contra? Então, está aprovado. Então, aqui o item três
251 é a eleição da vice-presidência da Câmara Técnica, já foi indicado que vai ficar comigo, e agora vamos
252 realmente para a ordem do dia. O processo 0200003278/2005-28 GT "ad hoc" discussão e
253 desenvolvimento de indicadores de implementação e cumprimento da norma ambiental. Interessado
254 Instituto O Direito por um Planeta Verde. Agora a apresentação.

255

256 **Maria do Carmo Bezerra - ABEMA**

257

258 Bom dia a todos. Eu disse que meu nome é Maria do Carmo, sou professora da Universidade de
259 Brasília, e tenho nesses últimos anos representado a ABEMA junto a presidente Alexandrina Sobreira, e
260 tenho participado de várias comissões aqui técnicas do CONAMA, fiquei uns sete anos também nessa
261 casa aqui no Ministério, entre 95 e 2002. Eu estou aqui hoje na realidade representando um GT que foi
262 criado em dezembro de 2003. Esse GT tinha exatamente esse objetivo, de discutir a implementação de
263 criadores, de cumprimento da norma ambiental no Brasil e que foi criado por iniciativa do Instituto
264 Planeta Verde na época o Conselheiro Herman Benjamim. Então foi criado esse G T, eu fui a relatora
265 do GT, porque ele já foi findo, mas eu era relatora do GT e a presidência do GT era da doutora Silvia
266 Capelli e o doutor Eládio. Os dois Conselheiros do CONAMA, no caso eu não sou Conselheira do
267 CONAMA, que era a doutora Alexandrina, mas eu estava então no GT representando a ABEMA e na
268 relatoria. Bom, esse GT no fundo o objetivo, a origem dessa questão foi trazida pelo doutor Herman
269 Benjamim ao plenário do CONAMA, porque na época o Instituto O Direito Por Um Planeta Verde estava
270 fazendo um trabalho associado ao Instituto do Banco Mundial por convite do Instituto do Banco Mundial
271 e da CEPAL, que reuniu Brasil, Argentina e México para poder fazer um teste, digamos assim, de uma
272 metodologia de avaliação de cumprimento das normas ambientais. Então, o Instituto do Banco Mundial
273 e a CEPAL identificaram algumas entidades que não eram governamentais no caso, nesses três países
274 e fizeram esse projeto. Então por iniciativa dessa experiência o Instituto Planeta Verde pegou e sugeriu
275 ao plenário do CONAMA a criação no âmbito do CONAMA de um GT para poder estudar também a
276 adoção, digamos, de indicadores de cumprimento de norma ambiental no país, aproveitando essa
277 experiência então internacional e etc. A criação do GT no âmbito "ad hoc" foi que criou uma situação
278 depois complicada, porque o grupo terminou de trabalhar há mais de um ano e até hoje mais ou menos
279 o resultado do GT, ele não foi muito lento, trabalhou um ano e meio no máximo e chegou a uma
280 proposta, mas faz um ano que nós pairamos mais ou menos entre várias situações, porque criou-se
281 uma dificuldade em relação a como chegar no plenário, pelo regimento do CONAMA. Então, se era o
282 próprio CIPAM que deveria avaliar o resultado do GT ou não, e aí foram marcadas duas reuniões do
283 CIPAM ou mais, em que esse assunto ia entrar na pauta e nunca entrava, e acabou que na última
284 reunião do CIPAM que esse assunto entrou que eu nem lembro mais em que mês que foi, deve ter uns
285 sete meses ou mais, então foi deliberado que o melhor seria botar em alguma Câmara Técnica, e aí por
286 fim foi lembrado e o Sérgio estava no CIPAM e eu também e tudo o mais, e foi sugerido que fosse essa
287 Câmara Técnica aqui. Bom, então é por isso que hoje eu estou aqui. A doutora Silvia não pode vir e
288 me pediu para poder relatar então o nosso trabalho do GT. Bom, eu acho que o caráter da Resolução
289 proposta, acho que os senhores devem ter lido é extremamente simples ela não tem um caráter,
290 digamos, de estabelecimento de normas e padrões como geralmente as Resoluções o tem. Ela é muito
291 mais uma Resolução de caráter, digamos, operativo, gerencial. Ela cria, ela articula, digamos, os
292 segmentos do SISNAMA para que se implemente o relatório de qualidade ambiental já previsto na lei a

293 partir da adoção de indicadores de cumprimento das normas ambientais. Então, ela é muito mais uma
294 Resolução normativa e organizacional, digamos, de gestão, do que de definição. Ela não propõe
295 indicadores, entendeu? Ela propõe a organicidade do SISNAMA, para que ele implemente o relatório
296 de qualidade ambiental a partir de adoção de indicadores a serem definidos, digamos, pelo sistema
297 SISNAMA pelo grupo e atribui evidentemente ao Ministério do Meio Ambiente, a Secretaria Executiva, a
298 competência, digamos, dessa organicidade. E, então é basicamente isso a Resolução que eu acho que
299 os senhores devem ter lido e está aqui na tela. A gente pode passar se alguém não tiver tido
300 oportunidade de ler. Porque isso? Qual foi esse Grupo de Trabalho que vocês fizeram lá, por exemplo,
301 fora? No grupo de trabalho então nosso do CONAMA não estudou a aplicação dos instrumentos. Nós
302 pegamos a experiência da aplicação dos instrumentos esse do trabalho resultado do Banco Mundial
303 com a CEPAL que terminou e demorou quase dois anos os resultados são vários documentos que nós
304 temos aqui publicados e aqui tem CD e etc e a experiência inclusive dos outros países onde tem toda a
305 base conceitual adotada e etc, que é uma metodologia do Instituto Jurídico de Cumprimentos de
306 Normas Ambientais que tem adotado já em vários países essa metodologia de cumprimento de normas.
307 É basicamente você verificar as normas que existem e verificar as condições de aplicabilidade dessa
308 norma e o que está impedindo isso de ser implementado? Existe a Resolução de qualidade da água.
309 Se o relatório de qualidade ambiental optar neste grupo porque vai verificar basicamente os dados de
310 qualidade da água, e vai informar a sociedade brasileira o objetivo de relatório de qualidade ambiental
311 sobre a qualidade da água num país e ao invés de fazer um discurso nesse relatório está lindo e
312 maravilhoso e etc e tal, resolver que vai pegar os parâmetros estabelecidos na norma de Resolução de
313 qualidade da água e verificar se estão sendo cumpridos ou não, os indicadores vão ser exatamente
314 aqueles o que vai verificar são as dificuldades, que meios está se dispondo dentro do sistema em nível
315 dos estados e dos municípios e do Governo Federal para implementar aquilo em termos de recursos,
316 pessoal e etc, e que qualidade a água tem. Então, eu posso verificar que no lugar onde a qualidade da
317 água não está atingindo os padrões, é porque naquele estado não tem recursos, não têm técnicos, e
318 então na realidade o sistema simplesmente organiza e deixa transparente os meios, etc para conseguir.
319 Então, a gente acredita que isso vai ser um grande avanço, tanto na implementação do relatório de
320 qualidade ambiental que não tem acontecido desde 1991, só tem dois estados no Brasil que fizeram
321 relatório de qualidade ambiental. E a gente acredita também que ele vai ser feito, não de uma forma um
322 retrato de um momento, mas vai ser a possibilidade de você criar de fato um sistema processual em
323 que você vai ano a ano conseguir verificar o que avançou e o que não avançou e isso ser
324 retroalimentador para a formação de políticas públicas na área ambiental. Então essa foi a discussão,
325 esses são mais ou menos os fundamentos dessa metodologia a ser aplicada. Na Resolução, nós não
326 definimos também uma estrutura metodológica rígida. Ele apenas trabalha com a idéia de indicadores
327 de entrada, saída e resultado que basicamente quase todos os modelos metodológicos de indicadores
328 eles trabalham com esse escopo, dando nomes diferentes, eu posso pegar, os estados respostas que o
329 GEOBRASIL adota e etc. Todos esses daí eles trabalham com a lógica de entrada, saídas e resultados.
330 Então esse é basicamente o objetivo da Resolução é esse, dar organicidade e criar minimamente o
331 sistema que avance na transparência das informações, e que a gente possa vir com o resultado para o
332 CONAMA verificar basicamente se a avaliação das normas de qualidade ambiental se as normas que
333 estão sendo estabelecidas estão sendo as dificuldades de sua implementação e que qualidade
334 ambiental a gente está tendo ao final. Eu não sei, porque eu já falei tanto sobre esse assunto, que eu
335 acho que estou tentando resumir e para mim está absolutamente claro. Mas eu tenho bastante material
336 sobre isso, e acho que a gente pode repassar a Resolução. Bom, pode ir passando item por item,
337 porque eu acho que a cópia que eu tenho nem sei se é a última. Bom, proposta. Estabelece diretrizes
338 gerais e critérios para definição e implementação de indicadores de aplicação e cumprimento das
339 normas ambientais. O Conselho Nacional do Meio Ambiente CONAMA no uso de suas competências
340 que lhe são conferidas pela lei 6938 de 31 de agosto de 81 regulamentada pelo decreto 99274 de 6 de
341 junho de 1999, tendo em vista o disposto no artigo 11^a no seu regimento interno anexo à portaria 499
342 de 18 de dezembro de 2002; e considerando os princípios constitucionais e ambientais da publicidade,
343 acesso à informação e participação popular previstos no artigo 37, quinto, inciso 33 e parágrafo
344 primeiro, inciso único, todos da Constituição Federal; considerando a lei 10650 lei sobre acesso à
345 informações ambientais de 16 de abril de 2003 em especial os artigos segundo e quarto que dispõe
346 sobre o acesso a informações sistematizadas sobre medidas de cumprimento e aplicação da legislação
347 e sobre a qualidade ambiental; considerando o disposto na lei 6938/81 em especial os artigos sexto e
348 nono inciso 7^a, 10^a e 11^a sobre a competência dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio
349 Ambiente – SISNAMA, e os instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente respectivamente e
350 considerando a necessidade de instituir mecanismos estruturados e objetivos que permitam. Vou dar
351 uma parada aqui. No fundo, então a base jurídica na realidade esse nosso GT era um GT basicamente
352 jurídico. O pessoal do Ministério Público todo é que presidia e etc e então eles pegaram a lei de acesso

353 à informação, basicamente a lei da Política Nacional de Meio Ambiente e a Constituição Federal.
354 Considerando a necessidade de instituir mecanismos estruturados e objetivos que permitam a
355 implementação dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente de forma sistemática e
356 continuada como o relatório de qualidade do meio ambiente e o monitoramento ambiental, durante
357 nossas discussões todas e também no âmbito desse trabalho aqui do Planeta Verde, que eu também
358 participei e do GT, a gente discutiu muito que no fundo o monitoramento ambiental já previsto na nossa
359 legislação que também a gente sabe que trabalha na gestão ambiental é dos instrumentos menos
360 aplicados, a gente tem falhas muito grandes na área de monitoramento ambiental no Brasil todo e etc,
361 ele no fundo nada mais seria do que você adotar indicadores ambientais. Não existe para o sistema de
362 monitoramento ambiental sem indicadores ambientais e vice-versa. Então, no fundo a gente estaria
363 também contribuindo para o avanço do monitoramento ambiental. A avaliação da aplicação do
364 cumprimento das leis e regulamentos ambientais bem como do seu efetivo impacto na promoção da
365 qualidade ambiental e esse é o objetivo porque se realmente as leis que nós produzimos e o CONAMA
366 é um o Fórum Legislativo, de fato o que acontece na ponta depois que a gente produz essas
367 resoluções, e a avaliação da aplicabilidade dos instrumentos de gestão ambiental voluntários adotados
368 pela sociedade em suas atividades de proteção ambiental. Então a idéia não era só o que era norma,
369 mas também entender os instrumentos, digamos, voluntários, como é que eles contribuem também
370 para qualidade ambiental. Resolve: - Primeiro. Estabelecer as diretrizes gerais e critérios para
371 definição e implementação de indicadores de aplicação e cumprimento das normas ambientais. Artigo
372 segundo. Para efeito desta Resolução ficam estabelecidos os seguintes conceitos. Indicador ambiental.
373 Número ou índice que reflete a situação da qualidade do meio analisado, bem como dos recursos
374 ambientais. Indicador de aplicação e cumprimento da norma ambiental. Instrumento que reflete as
375 variações na aferição de uma meta específica de qualidade ambiental ou de proteção de um recurso
376 ambiental. Indicador de entrada. Base legal, e aí incluídas todas as normas ambientais e as condições
377 institucionais, tais como os recursos humanos e materiais disponíveis para a gestão ambiental. Aliás,
378 são dois conceitos absolutamente geral, que é um indicador. Indicador de aplicação de cumprimento,
379 porque esse indicador que a gente está colocando aqui não é indicador de sustentabilidade, nem
380 indicador ambiental. É indicador de cumprimento da norma ambiental. Isso é diferente de estar
381 estabelecendo indicadores de sustentabilidade ambiental, como o IBGE vem trabalhando e etc. Aliás, a
382 gente antecedeu no início desse grupo fazer uma espécie assim de apanhado de todas as experiências
383 brasileiras, na área de indicadores ambientais, de sustentabilidade e etc. A gente fez isso, e inclusive
384 não sei se ainda está no site do nosso GT, tinha lá todo o material sobre esse assunto. Então esse é
385 um caso bem específico e são indicadores de cumprimento da norma ambiental. Então, para isso, o
386 que é a base de entrada? É a própria legislação, a própria norma. A gente vai, por exemplo, ao se
387 implementar se esse grupo foi criado aqui nessa Resolução, ele vai definir o seguinte. Nós vamos
388 avaliar como eu disse a Resolução, a 020 que virou 357, eu sou velha, da época do 020. Então, é a
389 357. Nós vamos pegar isso daí e a entrada nossa é tudo o que diz essa Resolução. A base legal. E
390 as condições que o gestor a qual a norma se dirige que são os gestores ambientais do país, dispõe
391 para implementá-la, as condições institucionais que ele exige. Um indicador de saída é a mensuração
392 quantitativa das atividades realizadas pelos gestores ambientais públicos e privados dos recursos
393 institucionais para aplicação e cumprimento da norma ambiental. Então, produzir vistorias esse mês, eu
394 fiz isso e aquilo outro. Então, isso é absolutamente quantitativo. Por isso é importante o indicador de
395 resultado. Porque é a qualidade de fato, se a água melhorou. Eu posso muito bem ter feito 200
396 vistorias, ter cem técnicos com doutorado, ter dez laboratórios, ter feito 200 vistorias e a água continuar
397 piorando. Então, aí a gente pode ao deixar isso claro verificar onde que está o problema. Então, num
398 relatório você deixa isso com mais transparência. Então é isso o resultado. E índice que reflete a
399 mensuração relativa à qualidade ambiental em função do efeito esperado pela norma e a norma
400 estabeleceu que tinha que ter tantos cloriformes fecais, e tem ou não tem e está atingindo ou não está.
401 Eu fiz tantas vistorias, eu tenho não sei quantos técnicos, mas lá continua sem cumprir o padrão.
402 Vocês verifiquem que é basicamente uma organicidade de uma forma como diz a lei de acesso às
403 informações ambientais e sistematizar e dar transparência à informação e que pode ajudar a
404 retroalimentar como eu disse todo sistema. Então, esses eram os conceitos, a definição de indicadores
405 deve considerar. Então esse grupo quando for estabelecer esses indicadores, que ele vai escolher
406 dentre aqueles de saída e resultados o que ele deve considerar. A participação dos diferentes
407 segmentos da sociedade, formuladores e implementadores das normas, e então o grupo não deve
408 digamos centrar só no papel do poder público e nem nada, tem que considerar o papel do setor privado
409 e o da sociedade civil e etc. A disponibilidade e qualidade e confiabilidade das informações existentes
410 nas instituições responsáveis pela aplicação e cumprimento das normas para efeito de sua
411 implementação. A possibilidade, por exemplo, não adianta também eu dizer que vou começar o
412 primeiro relatório pegando todas essas normas. Nós não temos informações disponíveis, então seria

413 criar quase que uma sistemática de escolher os primeiros indicadores em função da disponibilidade de
414 informações existentes e começando a construir então o sistema. A possibilidade de fácil mensuração
415 e interpretação dos resultados com o objetivo de informar a qualidade ambiental e formulação de
416 políticas públicas e a sociedade em geral. A responsabilidade pela gestão e pelo cumprimento das
417 normas, a definição da área de abrangência e necessidade de comparação temporal de indicadores de
418 saída e de resultado. Quer dizer, também escolher pela bacia tal, vamos começar é o Brasil todo ou
419 não sei o que e etc, e a identificação de parâmetros que é informe sobre a qualidade ambiental ou
420 estado dos recursos naturais. Então, é basicamente uma questão mais processual que o grupo deve
421 considerar para montar. Artigo quarto. A definição e manutenção das informações para alimentar o
422 conjunto de indicadores de aplicação e cumprimento das normas será atribuição dos órgãos integrantes
423 do SISNAMA. Isso não é papel de um só, é o papel do SISNAMA. Não é só do Ministério do Meio
424 Ambiente e nem só de órgãos estaduais, nem nada. Quinto. Os indicadores de aplicação e
425 cumprimento das normas ambientais serão definidos no âmbito do Sistema Nacional de Informações do
426 Meio Ambiente SINIMA para efeito da elaboração da RQMA. Durante o grupo nós também tivemos uma
427 interface muito grande com o pessoal do departamento de articulação institucional, com o Wolney que
428 estava montando o SINIMA, que é outro instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente, que foi,
429 digamos, o patinho feio da Política Nacional de Meio Ambiente que avançou bastante nesses últimos
430 anos e então que esse sistema hoje está implantado e etc, e que a gente teria que articular a
431 implementação do RQMA segundo esse sistema de indicadores com o sistema de informações, e um
432 vai inclusive alimentar o outro. A Secretaria Executiva do MMA definirá no prazo de 90 dias a contar da
433 data da publicação desta Resolução os procedimentos para que o RQMA passe a adotar a metodologia
434 a partir do ano, no caso era 2006, porque esse era em 2005, os indicadores de cumprimento das
435 normas ambientais, bem como a definição do conjunto de recursos ambientais a serem aferidos por
436 esses indicadores. Aquele que eu falei antes em cima se vai ser água, floresta e ar se vão começar por
437 água, enfim, criar essa sistemática. Os órgãos integrantes do SISNAMA poderão contar com apoio
438 financeiro a título de incentivo para a implementação dos indicadores definidos em cumprimento a esta
439 Resolução. Esse artigo foi muito discutido, teve várias versões, porque na primeira versão a gente
440 tentava indicar que o Fundo Nacional de Meio Ambiente deveria criar uma linha de apoio para que isso
441 fosse implementado e depois de muitas discussões se chegou à conclusão que tentando vencer saia
442 Resolução passaria mais fácil e sem muitos problemas e isso não adiantou nada, porque está há tantos
443 anos parado, mas resolveu deixar assim bem genérico e evidentemente aí depois vai ter que encontrar
444 depois a forma, porque se a gente não desse nenhum tipo de apoio financeiro para que isso se
445 estruturasse vai ficar muito difícil de contar simplesmente com o voluntariado. Mas aí resolvemos
446 acabar deixando dessa forma genérica. As outras versões que talvez esteja ainda na página e tudo,
447 tinha tentativas de tornar isso muito mais objetivo e dizer que o Ministério ia criar uma linha de
448 financiamento ou que o fundo ia criar uma linha de apoio e etc e tal, mas acabou ficando assim.
449 Parágrafo único. O Ministério do Meio Ambiente na condição de órgão central do SISNAMA definirá os
450 mecanismos de financiamento necessários ao cumprimento desta Resolução. Pois é, a gente jogou
451 desse sétimo, e na realidade o caput era esse mesmo e nos artigos a gente tentava dar essa
452 objetividade e essa concretude e acabou ficando genérico desse jeito, porque o Ministério então vai ver
453 a melhor forma, se é ele definir no fundo ou não, porque a gente também imaginou que talvez não
454 fosse papel de uma Resolução ficar interferindo na dinâmica do fundo e definindo o que o fundo deve
455 fazer ou não e etc. Então, essa foi a discussão que aconteceu. Bom, é isso, gente. Só para dizer uma
456 coisa no final, nesse ínterim já foi feito terminou em 14 de dezembro, o Estado de Pernambuco fez seu
457 relatório de qualidade ambiental, o primeiro do estado e o segundo estado do Brasil que faz porque só
458 tem São Paulo que tem feito já dois ou três, já fazendo o exercício de aplicação dessa metodologia
459 absolutamente sem estar pautado pela Resolução por livre e espontânea vontade fez o seu RQNA já
460 tentando aplicar essa metodologia.

461

462 **Evandro Américo Costa - CNC**

463

464 Maria do Carmo parabéns pela sua apresentação e agora deveríamos fazer aqui o seguinte consultar
465 os colegas Conselheiros se tem alguma coisa a acrescentar ou dizer em relação a tua apresentação.
466 Pode ser, vou começar por você.

467

468 **Demétrio Florentino de Toledo - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**

469

470 A iniciativa é interessante, não basta editar a norma tem que saber se a norma está de fato produzindo
471 mudança na realidade que ela deveria agir e é um trabalho que consumiu um tempo razoável e um
472 trabalho bastante interessante e não tenho a acrescentar com relação a isso.

473 **Evandro Américo Costa - CNC**

474

475 Tem algo a acrescentar Oneida?

476

477 **Paulo Sérgio Vila Nova Souza - IESB/GERC/ONGs NORDESTE**

478

479 É bem louvável essa iniciativa, sou Paulo do IESB. É bem louvável essa iniciativa, mais instrumentos
480 como esse, tivéssemos para avaliar políticas públicas. Na verdade a gente vive um cenário de grandes
481 partes das políticas de resoluções são meio de vitrine, elas existem, mas não são aplicadas, não são
482 levadas a sério e elas funcionam simplesmente para mostrar ou demonstrar para o público para
483 determinado setor que determinado estado, enfim, está tendo algum tipo de preocupação, mas de fato
484 muitos não têm, a relatora disse que apenas São Paulo e Pernambuco fizeram relatório de qualidade e
485 a gente percebe a dimensão disso. E a gente deve trabalhar mais para frente. Eu imagino que mesmo
486 depois de todo trabalho que já foi feito tem algumas coisas que a senhora mesmo falou que não foi
487 aprofundado, tipo o método que pode ser mais adiante trabalhado. Mas é extremamente interessante e
488 importante que isso passe e seja implementado o quanto antes e que os diversos estados possam estar
489 seguindo os exemplos que são de São Paulo e Pernambuco para fazer e isso vai demonstrar a política
490 ambiental ou não de determinado estado. Se o estado tem uma política ambiental de fato ou se tem
491 uma política ambiental apenas de fachada.

492

493 **Sérgio Guimarães - ICV/ONGs CENTRO-OESTE**

494

495 Sou Sérgio Guimarães. Como membro do CIPAM que inclusive estava na reunião que foi sugerida essa
496 proposta que viesse para essa Câmara, eu quero ressaltar que eu acho que essa Resolução, ela é
497 muito importante. Muito importante, porque o CONAMA vem fazendo uma quantidade de Resoluções
498 assim muito significativa, mas não tem uma avaliação de em que pé está a implementação dessas
499 Resoluções. Eu acho que é uma coisa prioritária e estratégica para o CONAMA hoje poder fazer, claro,
500 começando passo a passo, mas ter uma avaliação dessas Resoluções. Como é que está a Resolução,
501 a implementação de pilhas e baterias, são tantos temas e tantas coisas diferentes que é importante que
502 o Conselho tenha um retrato claro de como é que está a implementação dessas Resoluções. Até para
503 poder fazer, além de fazer essa avaliação, fazer adequações que se fizeram necessárias ou voltar e
504 melhorar as resoluções ou cobrar de quem é responsável, responsabilizar quem é responsável pela
505 implementação de quem está implementando. Então, acho que isso é estratégico e talvez seja uma
506 das coisas mais importantes que o CONAMA possa fazer nos próximos anos, porque é um conjunto de
507 Resoluções.

508

509 **Oneida Freitas - Ministério do Turismo**

510

511 Oneida, Ministério do Turismo. Eu já parabeneizei a Maria do Carmo outras vezes, uma vez, aliás, e
512 estive também lembrando na época que eu tinha estado na reunião dessa Câmara Técnica, da
513 integração de propostas de questões que vem sendo discutidas. E nessa ocasião o pessoal do
514 CONAMA está aqui, mas o próprio CONAMA tem também uma iniciativa que numa outra vertente, mas
515 de avaliação das normas. Eu acho que essas coisas, depois podia explicar um pouco para a gente, não
516 é com a Maria do Carmo mas com o Ministério do Meio Ambiente, o que são tantas coisas assim.
517 Porque eu acho que esse passo inicial de acontecer em relação a esses indicadores que eles têm
518 caráter mais gerenciais, mas indiretamente eu acredito que a gente pode até chegar a alguma coisa de
519 política pública, porque a legislação na verdade ela tem um desdobramento também e acho que
520 indiretamente podemos chegar e pode ser o indutor para que mais tarde a gente tenha, eu acho que o
521 SINIMA está parece que está perseguindo essa meta de ter indicadores mesmo de sustentabilidade.
522 Eu fico olhando, por exemplo, lá no turismo. Como é que isso reflete? Como que seria, digamos assim,
523 foram estabelecidas regiões turísticas. Qual o indicador de qualidade ambiental para o turismo, para
524 ele seguir, é uma construção conjunta, mas certamente outros setores também ressentem disso. Mas
525 eu acredito que esse seja o primeiro passo que nós não podemos perder e acho que o diálogo vai ser
526 bastante intenso na plenária do CONAMA, mas não podemos perder essa oportunidade de levar isso
527 pelo menos ao próximo passo. Eu acho que outros passos e outras coisas mais abrangentes virão,
528 porque vocês vejam só. Eu que sou novinha e acompanhei a elaboração do primeiro, eu diria que até
529 hoje, talvez estejamos buscando uma perfeição muito grande, mas não vamos encontrar, até porque o
530 monitorar tem que saber quem vai produzir a informação, como é que ela vai acessar e qual é a
531 estrutura que se tem, porque sem isso a gente não faz. Mas, eu gostaria de propor aqui a vocês,
532 principalmente a Maria do Carmo, se tem algum lugar, eu acho que é vício de profissão e ela também

533 tem esse vício a questão da especialização. Eu sei que o SINIMA está trabalhando tanto entrada como
534 o resultado, talvez a gente consiga colocar alguma coisa ali espacial, para a gente começar a chegar
535 também a ver depois desses relatórios montados por estado, e que tiver macro indicadores para o
536 RQMA Nacional, porque não são esses pequenininhos que vão dar o todo, mas esse nacional como é
537 que ele seria feito, entendeu? Eu tenho muita dúvida ao método como o Paulo colocou depois como é
538 que faz, mas se a gente colocasse alguma coisa espacial pelo menos.

539
540 **Maria do Carmo Bezerra - ABEMA**

541
542 Nesse grupo aqui, área de abrangência, está vendo. Definição da área de abrangência e então na
543 realidade, por exemplo, eu acho que cabe nesse caso em Pernambuco a gente tentou fazer por bacias
544 hidrográficas do Estado, porque aí a gente teria que verificar muito em função de como eu tenho
545 informações organizadas, qual é o maior grau de informações organizadas que eu vou ter. Você
546 verifica o seguinte, qualidade do ar, por exemplo, se eu pegar um relatório em que eu tenho a água e
547 solo e vegetação, você vai ver, eu tenho as unidades e informações de água e geralmente tenho por
548 bacia hidrográfica, mas do ar não vai ser por bacia hidrográfica. E se eu defino que o relatório vai ser
549 feito por aquela unidade física, então no fundo é um exercício muito grande para a gente verificar não
550 só a temática como a lógica de coleta de dados que existe para a gente definir. Então, é muito
551 complicado a gente definir aqui na Resolução que vai ser assim. Então, nós vamos fazer mais uma
552 daquelas Resoluções que a gente acaba fazendo com nossas leis brasileiras que a gente define
553 algumas coisas que são dificilmente aplicadas na ponta, porque quem fez às vezes foi na ponta. E, por
554 isso que a gente colocou que é importante a definição de abrangência espacial, mas não é o caso da
555 gente definir aqui na Resolução, e sim que o grupo que vai fazer saiba que ele precisa ter um critério
556 espacial e temporal, mas não que a gente aqui diga qual é esse aqui agora, porque senão nós vamos
557 estar criando um problema futuro. Mas essa preocupação é pertinente. Essa história desse relatório de
558 Pernambuco, eu acho que posso dizer, isso é público está na Internet e etc, mas veja, ficou muito claro
559 que o órgão ambiental com relação à qualidade da água, vamos pegar o tema água lá. Então o Estado
560 hoje, todos os instrumentos previstos na lei dos recursos hídricos está lá, tem o comitê de bacia, tem
561 plano diretor de recursos hídricos do Estado, tem por bacia, tem isso e aquilo outro e então quase todos
562 do ponto de vista dos indicadores de saída que a gente fala aqui que são aqueles gerenciais, eu diria
563 que o Estado está OK, mas quando eu vou para a qualidade da água, está uma tragédia grega a
564 qualidade da água no Estado de Pernambuco. E isso ficou muito transparente e foi um dos nossos
565 compromissos, era de que pelo menos não levantei nenhum dado lá, só trabalhei com os dados oficiais,
566 não foi nem dado de ONG, nem dado da universidade e nem nada. Eu trabalhei com os dados
567 produzidos pelo próprio Estado. Quando a gente organiza esses dados dentro dessa sistemática, as
568 coisas aparecem, simplesmente você arruma. Você está com uma gaveta toda bagunçada e uma
569 gaveta onde eu separei e num instante as meias furadas aparecem e quando está tudo bagunçado eu
570 não consigo achar. Então é exatamente isso. Então isso ficou muito claro. Então isso serve para quê?
571 Para você verificar. Bom, nós estamos do ponto de vista da gestão, o órgão está todo arrumadinho,
572 tem lá os técnicos que são muito disciplinados e fazem lá tantas vistorias, agora na hora de intervir de
573 fato nos agentes promotores, digamos, da qualidade da água, as fiscalizações são feitas, eles
574 monitoram, todo ano medem lá a qualidade, tem todo ano, mas ninguém vai verificar que tenha 26
575 usinas de açúcar no Estado que só elas poluem 3 vezes mais do que toda a carga orgânica da
576 população do Estado e que nenhuma tem tratamento de esgoto e elas jogam os resíduos direto nos
577 cursos da água. Isso não é desse governo nem do outro. A usina de cana-de-açúcar vem desde a
578 colônia e então isso ajuda a deixar muito claro. Então, mostra o quê? Que o órgão ambiental sozinho
579 está fazendo o serviço dele e posso até dizer que se eu tiver que dar uma nota para o órgão ambiental
580 lá ele teria uma nota boa, o que não tem nota boa é o conjunto das políticas públicas do estado, porque
581 o órgão ambiental acaba que não consegue ter ingerência dentro da política pública econômica,
582 digamos assim, para poder fazer e internalizar isso lá, o que resulta é a qualidade da água, porque a
583 idéia é que a qualidade da água é uma responsabilidade do órgão ambiental e não é do órgão
584 ambiental. Ele está ali mais nos indicadores de resultado. Quer dizer, no sistema de gestão. Vistoriou,
585 mas na realidade na qualidade da água é o conjunto das ações que são responsáveis. Então, isso é
586 uma coisa muito interessante. Parece que estou vendendo enciclopédia, mas é porque eu já trabalhei
587 em várias do estado, já fui gestora estadual aqui no Ministério, sou professora de universidade e
588 trabalho com consultoria, e já vi quase todos os lados dessa história e realmente esse negócio pode ser
589 bastante interessante. Quanto aos outros indicadores e outro estudo que está aqui que eu não tenho
590 nada a ver com isso, mas como fui eu que botei em 2002, então esse trabalho que foi feito na realidade
591 ele tinha outro caráter que era verificar antes da Resolução, seria quase que, antes da Resolução ser
592 votada lá na Câmara, como passa pela Câmara Jurídica deveria passar por uma análise econômica

593 para verificar quanto vai custar ao sistema a implementação dessa norma. Eu estabeleço assim, todas
594 as pilhas terão que ser recolhidas e tudo o mais, e aí eu não verifico qual é o impacto que cada órgão
595 estadual gestor do sistema estadual, municipal e etc, vão precisar dispor para realmente cumprir aquela
596 norma. Então, era basicamente um impacto econômico na você gestão ambiental, não era nem
597 econômico na economia, era econômico na gestão ambiental de cumprir a norma. Então, eu vou ter
598 que fiscalizar todos os postos e tal e de repente isso vai significar tantos fiscais a mais e etc e tal. Eu
599 estabeleço uma norma e sobra o pepino para os gestores ambientais e não dou nenhuma condição
600 para eles implementarem? Esse era o objetivo da outra que faz quatro anos que está aí parada, eu
601 trabalhei nela em 2002, mas esse é outro assunto, eu quero ver se esse aqui anda agora. Obrigada.
602

603 **Sérgio Guimarães - ICV/ONGs CENTRO-OESTE**

604
605 Deixa eu só fazer uma pergunta aqui. Nesse artigo quatro e cinco, a definição e manutenção das
606 informações, eu pergunto para você Maria do Carmo, como é que ficou a questão da difusão dessas
607 informações, a publicização dessas informações.
608

609 **Maria do Carmo Bezerra - ABEMA**

610
611 Porque a idéia do SINIMA é que ele seria agregado no artigo quinto, serão definidos no âmbito do
612 sistema nacional de informações sobre meio ambiente, e a gente acredita que no próprio portal do
613 SINIMA constaria isso.
614

615 **Sérgio Guimarães - ICV/ONGs CENTRO-OESTE**

616
617 Não era o caso que a gente pudesse reforçar nesse artigo quinto a publicização? Porque eu acho que
618 uma questão central nessa Resolução é a questão da difusão da informação, da publicização dessa
619 informação, talvez fosse o caso da gente pensar. O considerando parte disso o popular, etc.
620

621 **Maria do Carmo Bezerra - ABEMA**

622
623 Isso, e menciona a lei de acesso à informação que é de 2003, informação ambiental. Poderia ver no
624 artigo quinto como é que faria um reforço disso.
625

626 **Evandro Américo Costa - CNC**

627
628 Sérgio tem alguma sugestão sobre isso?
629

630 **Sérgio Guimarães - ICV/ONGs CENTRO-OESTE**

631
632 Estou vendo aqui.
633

634 **Maria do Carmo Bezerra - ABEMA**

635
636 Só se botasse a definição da manutenção e publicização das informações, podia colocar ali,
637 acrescentar a palavra publicização. Como já está amarrada toda essa ênfase na participação e tudo,
638 até no próprio quatro. Definição, manutenção e publicização das informações. Aí fica este tipo de
639 responsabilidade. Não sei.
640

641 **Sérgio Guimarães - ICV/ONGs CENTRO-OESTE**

642
643 É porque eu tinha visto essa possibilidade, mas é porque para alimentar o conjunto de publicização.
644 Pode ser.
645

646 **Maria do Carmo Bezerra - ABEMA**

647
648 Também no quinto a gente pode fazer uma outra emenda, os indicadores de aplicação e cumprimento
649 das normas ambientais para efeito da elaboração... e aí complementa que... (comentário fora do
650 microfone). ... Para efeito da elaboração, aplicação das normas ambientais e para efeito da elaboração
651 do RE e serão definidos no âmbito do sistema nacional de informações sobre meio ambiente e que

652 também serão responsáveis pela sua ampla divulgação. Depois de SINIMA, que também será
653 responsável pela sua ampla divulgação. Aí fica bastante enfático, já disse lá em cima e já disse aqui.

654

655 **Sérgio Guimarães - ICV/ONGs CENTRO-OESTE**

656

657 Acho que assim fica bom.

658

659 **Maria do Carmo Bezerra - ABEMA**

660

661 Já tem um portal. A gente discutiu também nesse GT e houve ampla participação da "...", o Wolney
662 participou em várias reuniões, mandou sua equipe e tudo o mais, exatamente para que saísse uma
663 Resolução que não fosse uma coisa que caísse de pára-quadras dentro do MMA e que tivesse
664 dificuldade depois deles entenderem e também casar com o que estava sendo feito no momento. Aí se
665 discutiu também a história de botar nome de departamento e a gente optou por fazer uma coisa que
666 fosse atemporal. De repente as estruturas mudam e etc, e então a gente se ateuve aos instrumentos da
667 lei, o SINIMA está na lei, o RQMA está na lei, então para isso ter uma permanência.

668

669 **Evandro Américo Costa - CNC**

670

671 Bom, alguém tem alguma coisa mais a falar?

672

673 **Ruth Tabaczeinski - SECEX/CONAMA**

674

675 Eu vou tentar responder um questionamento da Oneida sobre o que está sendo feito no CONAMA para
676 acompanhamento da implementação dessas Resoluções. Sou Ruth Tabaczeinski, assessora técnica do
677 CONAMA. Então, nós temos criado um grupo de monitoramento permanente da Resolução de refino
678 que se propõe a relatar anualmente os resultados de como está sendo implementada essa Resolução
679 de destinação de óleos lubrificantes usados. E é uma preocupação realmente assim da sociedade que
680 sempre tem cobrado do CONAMA os efeitos dessa Resolução, se está dando resultado ou não, se está
681 sendo implementado ou não, se está sendo cumprido ou não, e com essa preocupação a Secretaria
682 Executiva do CONAMA contratou um consultor para avaliar algumas Resoluções do CONAMA assim
683 que a gente percebe que tem uma certa implementação para ver a eficiência e eficácia dessa
684 Resolução. Então, realmente isso aqui viria coroar essa Resolução e sistematizar isso e dar
685 responsabilidades para as pessoas, porque realmente está sendo de alguma forma feito empiricamente
686 e alguém tem que avaliar isso e aí coloca para o Ministério do Meio Ambiente que está coordenando
687 esse grupo. Mas quantas Resoluções nós temos? Será que depois o MMA vai ter condições de
688 avaliar, ter um grupo para cada Resolução? Isso é exequível? E nessa sistemática proposta por essa
689 Resolução, essa proposta de Resolução, eu acho que vem de encontro às necessidades realmente.

690

691 **Evandro Américo Costa - CNC**

692

693 Bom, gente. Eu pergunto a vocês, vai ser necessária a votação. Então vamos para a votação. Alguém
694 tem alguma coisa a mais a acrescentar e discutir?

695

696 **Ruth Tabaczeinski - SECEX/CONAMA**

697

698 Só corrigir aquela data de 2006, a gente já coloca para 7 ou 8?

699

700 **Maria do Carmo Bezerra - ABEMA**

701

702 Eu não sei, vocês decidem.

703

704 **Evandro Américo Costa - CNC**

705

706 A partir do próximo ano, porque vai ter que dar um prazo para essa implementação.

707

708 **Maria do Carmo Bezerra - ABEMA**

709

710 É, porque você vê que se tiver aprovado e tiver que criar o grupo e tudo o mais, se bem que a gente faz
711 relatório sobre o ano anterior, entendeu? Então, no fundo poderia ser. Porque mesmo que a gente

712 venha a conseguir a trabalhar no final do ano e etc, vai ser sobre o ano anterior, eu acho que aí talvez
713 no caso pudesse ficar esse ano nosso agora 2007, porque eu acredito que quando chegar 90 dias, a
714 gente vai trabalhar sobre o ano de 2007 mesmo.

715
716 **Evandro Américo Costa - CNC**

717
718 Vocês acham que precisam ir para votação, está aprovado? É necessário cada um votar. Então vamos
719 começar aqui.

720
721 **Demétrio Florentino de Toledo - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**

722
723 A gente vai votar para levar a questão para a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. Demétrio, sou
724 favorável que a proposta seja encaminhado para a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos.

725
726 **Oneida Freitas - Ministério do Turismo**

727
728 Oneida Freire do Ministério do Turismo, favorável ao encaminhamento da proposta à Câmara Técnica
729 de Assuntos Jurídicos.

730
731 **Paulo Sérgio Vila Nova Souza - IESB/GERC/ONGs NORDESTE**

732
733 Paulo Vila Nova do IESB, também sou favorável à proposta de Resolução.

734
735 **Evandro Américo Costa - CNC**

736
737 Evandro da CNC também favorável a proposta para ser encaminhada à Câmara Jurídica. Aprovada por
738 unanimidade e agora a gente vai para o outro item. A pauta que por sinal eu acho que já foi resolvida.
739 É o 4.2 já está resolvido e então passaremos para o 4.3. O papel do CONAMA no cenário das
740 mudanças climáticas. Pelo o que eu me lembro na última reunião aqui dessa Câmara Técnica, já tinha
741 sido criado um grupo de mudanças climáticas e parece que teve seis meses para o assunto ser
742 debatido e teria mais seis meses no caso ou um ano e não foi concluído nada. Eu pergunto a você
743 Fernando como é que nós vamos fazer, vai se criar um outro Grupo de Trabalho com o mesmo nome
744 ou teria que mudar?

745
746 **Fernando Caminati - CONAMA/MMA**

747
748 Fernando da Secretaria do CONAMA. O Grupo de Trabalho foi encerrado na reunião anterior, ele
749 esgotou o tema e nós não teríamos como retoma-lo, porque ele já esgotou seu prazo. Então, a
750 proposta seria de criar um novo grupo que pudesse discutir a integração das Resoluções do CONAMA
751 e com a questão do cenário posicionar melhor o papel que o CONAMA poderia atuar nessa área, que é
752 um assunto premente e nós recebemos várias propostas de Conselheiros de que fosse criado algum
753 Grupo de Trabalho nesse aspecto, porque muita gente nem sabia que já existia nessa Câmara de
754 Economia. E havia então uma proposta que fosse levada então à Câmara Jurídica, mas a Câmara
755 Jurídica não pertence ao escopo dela. Então, nós da secretaria entendemos que seria melhor então
756 retomar os trabalhos e constituir um novo grupo que pudesse se posicionar melhor, tendo em vista que
757 aquele não funcionou a contento, ele não chegou a nenhuma conclusão. Então a proposta seria de
758 constituir esse grupo e definir melhor o escopo dele. Ou seja, verificar dentro do CONAMA que tipo de
759 Resoluções o CONAMA já vem trabalhando ou já tem trabalhado que se na questão de mudanças
760 climáticas seja com relação a emissões ou a questão de adaptação dos diversos setores dos cenários
761 de aquecimento. E então é um estudo interno mesmo do CONAMA para isso e para isso a gente vai ter
762 que rastrear dentro das Resoluções e até constituir propostas novas. Um outro aspecto que esse grupo
763 trabalharia, seria um painel sobre o tema que seria apresentado numa possível reunião extraordinária
764 que o CONAMA está preparando provavelmente entre abril e maio que nós teríamos uma reunião
765 extraordinária e aí um painel que apresentasse essa proposta de trabalho, como o CONAMA pode
766 contribuir para o cenário brasileiro aí de mudanças climáticas.

767
768 **Demétrio Florentino de Toledo - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**

769
770 É, eu acho que é sem dúvida interessante e importante e até assim que o fato daquele outro trabalho
771 não ter ido adiante que não seja demérito da necessidade para até tratar o tema no âmbito da Câmara

772 de Economia e Meio Ambiente, pode colocar a questão de uma forma mais expressiva e enfim. A
773 minha preocupação é com esses prazos, para abril ou maio fica um pouco em cima, para um trabalho
774 que vai se começar agora, se apresentar alguma coisa e também a preocupação é como efetivamente
775 esse grupo de trabalho vai ser efetivado, porque a experiência dessa Câmara a gente reúne
776 praticamente uma vez por ano para lamentar o que a gente não fez e prometer o que a gente não vai
777 fazer. E então necessita de um fortalecimento de estrutura dessa Câmara Técnica inclusive com apoio
778 do CONAMA e do MMA, e se puderem fazer alguma coisa, um cronograma efetivo.

779
780 **Fernando Caminati - CONAMA/MMA**

781
782 Fernando do CONAMA. Bom, as câmaras todas do CONAMA terão reeleição dos seus membros na
783 próxima reunião ordinária, e então eu acho que é uma boa possibilidade da gente dar uma oxigenada
784 na Câmara, porque a Câmara não vem trabalhando muito intensamente, mas como você falou, o tema
785 é premente e em virtude do anúncio do painel do IPCC (International Panel on Climate Change), da
786 ONU, todo o foco de todos passou a ser a questão de aquecimento global e mudanças climáticas, e
787 então o CONAMA eu acho que tem que dar uma resposta a isso também. Todo dia nós recebemos
788 demandas a respeito e o que o CONAMA está fazendo, então seria uma forma da gente reagir a isso.

789
790 **Maria do Carmo Bezerra - ABEMA**

791
792 Bom, eu não sou da Câmara, mas eu vou dar aqui o meu último pitaco. Certamente essa Câmara tem
793 vários problemas e isso tem sido até objeto assim de quando se faz a discussão sobre a composição da
794 Câmara, tem aquelas câmaras que são bastante disputadas e etc, e então a gente sabe de todas as
795 coisas que acontecem nos bastidores do CONAMA, e essa Câmara teve já suas dificuldades de
796 avanço. Eu vejo o seguinte, se aproveitar esse momento de recomposição agora da plenária e o novo
797 período de governo e dos estados também, que deveria se pensar num tratamento diferenciado dessa
798 Câmara. Veja, todas as outras câmaras trabalham com temáticas que o aporte técnico delas é
799 absolutamente direto de um acúmulo que existe nos governos estaduais e no próprio Governo Federal.
800 Por exemplo, a Câmara Técnica de biomas, da água, pega toda a equipe da CETESB e vem para cá e
801 todo mundo e fica aqui, dá apoio, tem medições e tem toda uma expertise que já é tradicional da área
802 de gestão ambiental em que se apóia isso. Essa Câmara trata de um tema absolutamente novo. E
803 essa expertise não existe acumulada na área do próprio SISNAMA, então não temos essa expertise
804 acumulada, elas carecem entre os próprios membros que aqui estão que ficam absolutamente isolados
805 e cai sobre eles a responsabilidade, digamos, de uma inoperância da Câmara. Se ela não tiver um
806 tratamento realmente por parte do Ministério de recursos, disponibilidade de contratação de consultorias
807 ou coisas dessa natureza para que a gente consiga avançar sobre esse tema, esse negócio vai
808 perdurar como um desgaste imenso para todas as pessoas que se habilitarem a participarem dessa
809 Câmara. É um depoimento assim de alguém que não tem, digamos, absolutamente, não sou da
810 Câmara, não estou pleiteando entrar na Câmara, não quero, não estou pleiteando os recursos da
811 Câmara, estou apenas tentando contribuir para que de fato esse tema não morra pelo descrédito. O
812 que está acontecendo é isso é o descrédito de achar que esse tema não é importante que nada aqui
813 anda e etc. É exatamente o contrário. É o novo, é o avanço, entendeu?

814
815 **Fernando Caminati - CONAMA/MMA**

816
817 Só um parêntese. Fernando da Secretaria Executiva. Nós enfrentamos esse problema também numa
818 outra Câmara multidisciplinar que é a de educação ambiental, ela tem também suas dificuldades, que
819 são as temáticas não tão técnicas como você mencionou, onde é mais difícil você chegar e propor uma
820 Resolução em cima de uma lei para estabelecer parâmetros e critérios, como é das competências do
821 Conama. Então, realmente temos essa dificuldade. Mas estamos aqui para contribuir e colaborar nesse
822 diálogo.

823
824 **Oneida Freitas - Ministério do Turismo**

825
826 Sem querer repetir, mas eu acho que reforça esse momento de que não se pode propor nada para
827 avançar sem que essa avaliação esteja bem firme na questão do CONAMA, e principalmente em
828 relação à casa. Como a Maria do Carmo falou, é uma temática extremamente nova. Se nós
829 soubéssemos por onde caminhar, com certeza ela já teria avançado. Então, isso significa que a SDS
830 tem que botar, como eu sugeri na última reunião, o que tem de acúmulo na SDS. Eu acho que a
831 primeira questão que deve ficar registrada inclusive nessa ata, é de saber como qualificar, esse assunto

832 é importante, mas como qualificar essa Câmara Técnica para ser operacional? E até enquanto ela não
833 se qualifica, a secretaria do CONAMA, a Secretaria Executiva tem que andar de mão dada com ela,
834 porque é importante, a vida toda, eu agora que passei a vida toda na área ambiental e agora estou na
835 área do setor, agora eu estou vendo. Tem dificuldade do lado de lá, mas tem muita dificuldade daqui
836 para entender o setor do lado de lá. Em que ponto um dia pode estar o turismo refletindo num processo
837 de compensação ambiental o turismo a partir de condicionantes e de critérios passar a ser um setor
838 para aquela coisa, entrar medidas inclusive mitigatórias como atividades, vamos dizer, de “baixo
839 impacto”. Até quando? Isso está faltando elementos para todo mundo. Eu acho que resolver a respeito
840 da criação do GT me parece pertinente, mas tem que ficar registrado que a Câmara Técnica, o trabalho
841 da Câmara Técnica é muito maior do que esse GT. A questão de qualificação dela para o eixo temático
842 e qualificar para o eixo temático significa que o que vai fazer, o que o CONAMA vai fazer tem que estar
843 nesse eixo temático da Economia e Meio Ambiente que é inclusive o título da Câmara Técnica.
844

845 **Sérgio Guimarães - ICV/ONGs CENTRO-OESTE**

846
847 Eu vejo que essa Câmara Técnica como têm caminhado as coisas no CONAMA, e talvez até por essa
848 questão das mudanças climáticas, eu acho que essa dimensão dos instrumentos econômicos na gestão
849 ambiental, a tendência é um crescimento muito grande, e eu nesse sentido acho que essa Câmara é
850 estratégica e acho que é importante. Acho que nesse momento eu concordo, é importante ter um
851 apoio, um alinhamento com essas questões no âmbito do Ministério, e de outros e de outros Ministérios
852 também. Eu acho que é importante a Câmara se alinhar aí para que possa realmente trazer para o
853 plenário do CONAMA os avanços que vão estar acontecendo nessa área nesse sentido.
854

855 **Demétrio Florentino de Toledo - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**

856
857 Com certeza, entre outras coisas precisamos de economistas ambientais na Câmara, não só técnico,
858 mas enfim, eu acho que inclusive pensando no tema desse Grupo de Trabalho que dada a
859 complexidade da questão e dado o fato de ser uma questão dinâmica que está evoluindo, um grupo de
860 trabalho é muito pouco e talvez um dos objetivos desse grupo de trabalho seria recomendar a criação
861 de uma Câmara Técnica de mudanças climáticas no âmbito do CONAMA, porque a quantidade de
862 ações que vão ser necessárias para adaptação, não só mitigação, mas adaptação como isso vai ser
863 transversal e vai acabar afetando várias áreas de política, mas as políticas ambientais principalmente e
864 em diversos aspectos, a gente inclusive nem consegue imaginar, as questões de ocupação de território,
865 e enfim. É o tipo da questão que talvez seja interessante ter no horizonte de vista desse Grupo de
866 Trabalho a recomendação da criação dessa Câmara Técnica específica para tratar do tema no âmbito
867 do CONAMA. Enfim, e no geral eu faço as mesmas observações que os outros membros fizeram, que
868 Câmara Técnica é estratégica, estratégica do ponto de vista do MDIC, mas estratégica do ponto de
869 vista do MMA também, porque você tem que começar a pensar na questão da efetividade das
870 Resoluções ambientais e pensar na questão dos impactos econômicos. Até porque aquele outro tema
871 que infelizmente já saiu da pauta do impacto econômico da aplicação das Resoluções ambientais, não
872 só na sua efetiva implementação, mas na questão do impacto da Resolução em particular, porque é
873 uma informação que é importante a sociedade ter, quanto custa a aplicação de uma norma de comando
874 e controle, porque muitas vezes você tem a alternativa que é um instrumento econômico, instrumento
875 do mercado e a evolução da política ambiental e internacional inclusive indica no sentido de que se
876 consegue um grau maior de efetividade com a relação melhor de custo e benefícios, aplicação de
877 instrumentos do mercado. Não é à toa que um dos instrumentos, eu não digo que seria mais
878 importante, mais emblemático da questão de mudanças climáticas e protocolo de Kyoto é o MDL,
879 desenvolvimento limpo, o mercado de carbono que são instrumentos do mercado e passam essa idéia,
880 que você precisa ter um alinhamento entre as questões ambientais e questões econômicas, enfim para
881 que você possa efetivamente avançar na solução dos problemas ambientais. E então nesse sentido
882 essa Câmara Técnica é importante ser estratégica, porque a discussão de instrumentos econômicos do
883 jeito que a gente vê no âmbito do SDS, enfim, é uma coisa isolada e limitada. Na verdade existe um
884 espaço muito maior para utilização de instrumentos econômicos na política ambiental brasileira. E então
885 é importante avaliar essas coisas e estar completamente dentro do mandato e da competência dessa
886 Câmara Técnica e então o fortalecimento dessa Câmara Técnica para tratar dessas questões
887 importantes, é fundamental. O MDIC, enfim, na medida das nossas capacidades a gente pretende
888 contribuir acerca do processo, mas a gente precisa se reunir fora das reuniões da Câmara Técnica para
889 tratar dessa questão, porque são poucas reuniões. A gente precisa estabelecer efetivamente um plano
890 de fortalecimento da Câmara Técnica e inclusive a CNI e os outros órgãos estão interessados nesse
891 tipo de coisa.

892 **Paulo Sérgio Vila Nova Souza - IESB/GERC/ONGs NORDESTE**

893

894 A última vez que eu tive contato com o tema de mudanças climáticas a informação que eu tive é de que
895 esse tema estava na pasta de ciências e tecnologias, ele não caminhava na pasta de Ministério do Meio
896 Ambiente. Isso é de fato?

897

898 **Fernando Caminati - CONAMA/MMA**

899

900 Existe a comissão interministerial de mudança do clima que é presidida pelo MCT e tem na vice-
901 presidência o MMA. É uma comissão instituída que a autoridade nacional competente para autorização
902 de mecanismos de desenvolvimento limpo, certificação de projetos para emissão de relatórios de
903 redução e negociação do mercado de carbono. Assim como o controle da emissão de gases também já
904 está sendo cuidada pelos programas governamentais como o Proconve, do Ibama. De forma que a
905 comissão interministerial e o Proconve já cuidam bastante das questões de mitigação das mudanças
906 climáticas, ou seja, da emissão e redução de emissões de gases de efeito estufa. Lembrando também
907 que o próprio Ministério do Meio Ambiente e o Ibama, através das políticas de combate ao
908 desmatamento, também já vêm contribuindo e muito para a redução das emissões de gases de efeito
909 estufa, no caso, por causa das queimadas e desmatamento. Poderíamos achar uma outra agenda
910 dentro das mudanças climáticas, que poderia ser nas questões de vulnerabilidades e adaptação, para
911 evitar choques com outras instâncias.

912

913 **Paulo Sérgio Vila Nova Souza - IESB/GERC/ONGs NORDESTE**

914

915 Exatamente. E era instituído também o Fórum de Mudanças Climáticas que também era presidido,
916 presidido não, mas acompanhado de perto pelo Ministério de Ciência e Tecnologia. Eu concordo, não
917 tem como não concordar com as colocações da doutora Maria do Carmo e do colega do MDIC. A gente
918 não tem muitos instrumentos técnicos para trabalhar com isso aqui, a gente poderia estar fazendo, já
919 que existe essa relação interministerial, a gente pudesse estar compondo um grupo ou alguma outra
920 Câmara que trouxesse essas pessoas que já participam da discussão historicamente, que vem
921 acompanhando todas as discussões onde esse tema é tramitado, para enriquecer de fato essa
922 discussão e que a gente tenha algo de concreto. Porque montar um grupo, a gente pode cair no
923 mesmo erro, não é o fato de trocar o grupo, não é o fato de trocar as pessoas, que eu tenho certeza
924 que todas as pessoas vieram com a maior boa vontade do mundo, mas talvez tenha faltado essa
925 capacidade técnica e o acompanhamento histórico do processo. Tenho certeza que será muito mais
926 rico se a gente conseguir atrair ou entrar nessa discussão dentro do Fórum das Mudanças Climáticas,
927 por exemplo, ou sim criar uma Câmara Técnica específica. Bom, basicamente é isso.

928

929 **Demétrio Florentino de Toledo - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**

930

931 É, eu queria comentar um pouco porque a gente acompanha a Comissão Interministerial de mudanças
932 climáticas e tem um pouco a idéia do fórum. Eu acho o seguinte, uma coisa é a negociação do fórum
933 de questão de mudanças climáticas que é a cargo do MRE e MCT, mas o tema tem uma dimensão tal
934 que ele cabe naturalmente em todas as outras pastas do Governo Federal, porque afeta aspectos
935 econômicos, sociais, enfim não só as questões ambientais e etc. Então, eu acho que não existe
936 nenhuma contradição, ninguém é dono do tema. Cada um tem sua atribuição específica nessas
937 questões. O fórum eu acho que deve participar inclusive, porque o fórum é um pouco mais amplo e a
938 comissão interministerial funciona mais como autoridade designada e planejar os projetos e trata
939 efetivamente de questões relacionadas à implementação dos compromissos que o país assumiu no
940 âmbito da convenção e do protocolo. Não necessariamente essas questões que devem ser feitas para
941 adaptação enfim, como isso deve refletir os códigos de postura municipais, de construção e etc. Essas
942 discussões não existem, não são feitas no âmbito da Câmara. O fórum ele teria que ter uma
943 composição mais ampla, a sociedade civil, todos os Ministros, o Presidente da República é o Presidente
944 do Fórum e tem uma Secretaria Executiva, o MCT presta esses ajustes e quem exerce a Secretaria
945 Executiva é o Pinguelli Rosa nesse período, e enfim, o fórum também se reúne algumas vezes e tem
946 uma legitimidade na sociedade civil e tem que fazer parte da discussão. Agora, o CONAMA também
947 tem que fazer sua discussão e tem que fazer seu dever de casa como representante e tem que
948 entender que o CONAMA tem uma capacidade normativa de Resoluções e suas Resoluções tem
949 conseqüências para o tratamento, positivo ou negativo da questão climática e dos impactos, e enfim
950 tem uma série de estudos inclusive que o MMA iniciou sobre impactos da diversidade brasileira e
951 precisa discutir essas coisas. Discutir a questão do impacto no Brasil especificamente, eu acho que

952 esse deveria ser o foco do Grupo de Trabalho, e eventualmente da Câmara do impacto específico no
953 Brasil de modelos e projeções internacionais tem, estudos no Brasil começou a se fazer agora, e a
954 partir disso entender quais são as medidas de adaptação necessárias, porque a mudança climática é
955 um fato irreversível, em certa medida a gente já vai passar dos dois graus que era o limite que
956 imaginava que não ia ter conseqüências significativas. E é uma realidade já. Então, tem que se pensar
957 em adaptação e tem que se pensar em adaptação seriamente e obviamente que as questões de
958 adaptação vão estar influenciando e refletidas nas Resoluções do CONAMA e então o CONAMA não pode
959 fugir a esse debate e tem que fazer sua própria reflexão com todos os subsídios técnicos possíveis.
960

961 **Maria do Carmo Bezerra - ABEMA**

962
963 Eu só vou pedir licença a vocês para poder sair e agradecer que a nossa Resolução deu um passo e foi
964 para a Comissão de Assuntos Jurídicos e então é isso desejar boa sorte no resto dos trabalhos.
965 Obrigada.
966

967 **Ruth Tabaczeinski - SECEX/CONAMA**

968
969 Na verdade só corroborando com o que o Paulo falou e encaminhando para o GT. Os GTs do
970 CONAMA têm uma composição bastante aberta, inclusive é interessante que todos os setores da
971 sociedade tenham sua representação nesses Grupos de Trabalho e cada um dos membros da Câmara
972 Técnica indiquem pessoas e instituições para participar como membros efetivos desses Grupos de
973 Trabalho, o que não implica que outras pessoas venham a participar esporadicamente dependendo do
974 assunto, algum especialista ou algum outro grupo bastante desenvolvido que tenha aprofundado no
975 assunto venha a colaborar no Grupo de Trabalho. Então é um grupo bastante aberto. Cientistas,
976 instituições governamentais, outros Grupos de Trabalho podem e até devem participar desses Grupos
977 de Trabalho para enriquecer e em geral o que nós fazemos é elaboração de Resoluções, uma
978 proposição. Agora também outra coisa que eu acho que a gente tem que ver o foco desse Grupo de
979 Trabalho, a Câmara criaria um grupo de trabalho com o foco definido, porque senão fica bastante
980 amplo. Então, o Fernando está sugerindo o foco que foi dado pelo Demétrio e então a gente pode de
981 repente aprofundar um pouco a discussão e cria-se o GT e estabelece o foco e temos também que
982 eleger um coordenador para esse Grupo de Trabalho. E depois não nos esquecer que cada membro
983 vai ter que indicar pessoas participantes desse grupo, membros permanentes, porque terão os
984 permanentes e os temporários.
985

986 **Paulo Sérgio Vila Nova Souza - IESB/GERC/ONGs NORDESTE**

987
988 Só para ratificar, eu não queria dizer em momento algum que essa discussão deveria ficar fora do
989 CONAMA. Muito pelo contrário. Em 2001, quando esse assunto começou a ser trabalhado mais
990 amplamente no Brasil, eu tive que ouvir uma vez do representante do Ministério de Ciência e
991 Tecnologia, o senhor Miguéis dizer que essa história de colocar a questão de mudanças climáticas na
992 pauta de questões ambientais era coisa de ambientalista. Eu tive que ouvi-lo falar isso, em uma
993 reunião promovida aqui pelo Instituto Internacional de Instituições do Brasil. Era na pauta do Ministério
994 da Ciência e Tecnologia, era coisa de Ciência e Tecnologia, não tinha outra história. Essa história de
995 sumidouro, o sumidouro era até fora, não pontuava. Quem lembra de protocolo de Kyoto, sumidouro
996 ele não pontuava, e hoje está internalizado que as questões de mudanças climáticas são sistêmicas
997 como toda problemática ambiental e existe uma série de instrumentos econômicos que caminham no
998 sentido de alguma forma promover ou desenvolver mecanismos que de alguma forma compensem a
999 emissão de carbono ou seqüestros de carbono. A gente tem uma série de trabalhos nesse sentido.
1000 Então, o que eu quis dizer foi que a gente tem que aproveitar o que já existe. Que a gente não parta do
1001 zero, que a gente tem que procurar essas fontes e talvez eu não tenha colocado de forma clara que
1002 devemos procurar essas fontes e já existe fórum onde se discute em diversos aspectos desse tema, e
1003 então a gente pode trazer representantes desse fórum, pode trazer membros do Ministério da Ciência e
1004 Tecnologia para compor um grupo ou uma Câmara. Não tenho certeza se a gente faz um grupo ou
1005 uma Câmara. É certo que dentro dos instrumentos econômicos existem alguns aspectos que trabalham
1006 sistêmicas, mas mudanças climáticas como ela bem colocou, ela é bem ampla e tem várias vertentes
1007 que vão além das questões econômicas. Mas isso não tenho muita certeza com relação se prejudicaria
1008 estar dentro do grupo ou não. Eu só quis dizer que devemos trazer outras pessoas que enriqueçam a
1009 discussão. Não quis dizer que estava fora não, até porque a gente sabe que diversas Resoluções do
1010 CONAMA de alguma forma, mesmo que indiretamente tenham sido feitas não para atender essa
1011 demanda ela acaba atendendo.

1012 **Ruth Tabaczeinski - SECEX/CONAMA**

1013
1014 Também não foi esse foco que eu quis dar, só para esclarecer que os grupos do CONAMA são
1015 bastante abertos então que permitem a participação de todos e de forma alguma pensei nesse enfoque.
1016 Só um outro esclarecimento que nós temos aqui nessa Câmara que criar um GT, regimentalmente a
1017 Câmara só cria um GT, as Câmaras Técnicas são criadas por portarias, leis e regimento em que tenho
1018 a atribuição das câmaras e então nós temos que ter um GT.

1019
1020 **Demétrio Florentino de Toledo - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**

1021
1022 Eu também não entendi nesse sentido não, só aproveitei a oportunidade para afirmar essa questão
1023 sistêmica, porque a gente tem o hábito de pensar em termos de caixa. Então eu teria duas sugestões.
1024 Uma é que o Grupo de Trabalho trate da questão de adaptação que é a questão que vai envolver mais
1025 políticas ambientais, enfim, mitigação também, mas para o enfoque não se perder muito, porque tem
1026 uma quantidade de medidas que são necessárias para adaptação que talvez fossem interessantes de
1027 se discutir e se o grupo ao longo do processo achar que deve tratar também a questão de mitigação,
1028 mas o foco de adaptação, até porque o tema de adaptação é pouco tratado, pouco explorado. E, eu
1029 acho que nos resultados desse Grupo de Trabalho pode ser exatamente a recomendação, a Resolução
1030 recomendando a criação de uma Câmara Técnica específica para tratar da questão de mudanças
1031 climáticas no âmbito do CONAMA. E o MDIC está disposto a participar no que for necessário. Inclusive
1032 se for o caso fazer a coordenação do grupo.

1033
1034 **Oneida Freitas - Ministério do Turismo**

1035
1036 Oneida do Ministério do Turismo. Eu acho que a questão do foco está ficando clara, mas a gente não
1037 precisava preocupar muito nessa reunião de hoje. O importante é que exista ou não uma Câmara
1038 Técnica de caráter geral, porque o tema é sério como o Demétrio falou, mas essa Câmara aqui sempre
1039 vai ter o que fazer em relação ao assunto que é a parte ou adaptação ou a mitigação, certamente
1040 muitas das questões vão passar por aqui. A minha sugestão é que crie o grupo e que defina mais ou
1041 menos essa composição, a conformação e que na primeira reunião discuta mais aberto mesmo a
1042 questão de dar foco, e enfim, estabelecer um plano de trabalho, uma coisa organizada, com data, com
1043 coisa de duração, porque o meu receio é que o todo contamine a parte.

1044
1045 **Fernando Caminati - CONAMA/MMA**

1046
1047 Vou reforçar a proposta e discordar só um pouquinho da Oneida, porque eu acho que a gente precisa
1048 ter o foco, porque talvez tenha sido isso que faltou no GT anterior e a partir daí já reforço a proposta do
1049 Demétrio de centrar nessa questão das adaptações, porque eu acredito que seja próprio da atribuição
1050 dessa Câmara que é de Economia e Meio Ambiente e acredito que as adaptações que devem ser
1051 feitas, elas estão exatamente nas áreas econômicas ou mesmo municipais, locais, mas principalmente
1052 nos setores econômicos, seja na agricultura, seja na indústria, tudo isso vai sofrer com as mudanças e
1053 precisam ser trabalhadas. Eu acho que essa questão é a que pode mais ser foco da nossa atribuição
1054 mesmo.

1055
1056 **Oneida Freitas - Ministério do Turismo**

1057
1058 Então parece que o foco está dado pelo o que o Demétrio colocou, só que eu também acho que não me
1059 fiz entender é que a gente não precisava já estabelecer todos os critérios em relação a adaptação, que
1060 esse fosse o assunto do próprio GT.

1061
1062 **Fernando Caminati - CONAMA/MMA**

1063
1064 Sem dúvida. Sobre o GT, nós precisamos definir um coordenador, só o coordenador e a partir daí as
1065 indicações. O GT sempre funciona de maneira aberta, o CONAMA divulga o convite amplamente a
1066 todos que quiserem participar são bem-vindos e sejam Conselheiros ou não, mas a gente precisa de
1067 uma entidade Conselheira que assuma essa função de coordenação.

1068
1069
1070
1071

1072 **Oneida Freitas - Ministério do Turismo**
1073
1074 Eu gostaria, a gente acho que pode sugerir só quem talvez estivesse aqui, mas talvez a gente pudesse
1075 fazer um marco já, e o MDIC ficar com a coordenação do GT e a CNI que não está aqui ficasse com a
1076 relatoria. Algo assim. Também nós estamos tão poucos aqui que eu estou achando meio
1077 constrangedor, desculpa a gente forçar muito a barra.
1078
1079 **Evandro Américo Costa - CNC**
1080
1081 O que você acha Demétrio de coordenar o GT?
1082
1083 **Demétrio Florentino de Toledo - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**
1084
1085 Tudo bem, sem problemas.
1086
1087 **Evandro Américo Costa - CNC**
1088
1089 Temos que falar com a CNI, mas acho que não tem problema nenhum, porque por sinal ela é relatora
1090 dessa Câmara.
1091
1092 **Ruth Tabaczeinski - SECEX/CONAMA**
1093
1094 O coordenador pode ser eleito na própria reunião então não tem o menor problema, mas não vamos
1095 esquecer dos setores indicarem representantes como membros permanentes e que espero que sejam
1096 permanentes mesmo, não sendo substituído cada vez a uma reunião vir um porque isso prejudica
1097 bastante o andamento do trabalho, porque as opiniões mudam, cada pessoa tem um pensamento e é
1098 importante que venha o pensamento da instituição também, que os assuntos sejam discutidos com os
1099 pares, não só o pensamento do técnico, porque isso realmente, aí tem o avanço nas propostas e aí
1100 muda a pessoa na próxima reunião retrocede tudo e reinicia novamente os assuntos. Então é
1101 interessante tanto a indicação do membro permanente como que esse permanente represente a
1102 instituição.
1103
1104 **Oneida Freitas - Ministério do Turismo**
1105
1106 Bom, nesse ideal fictício que você coloca aí, eu acho que seria bom que a secretaria do CONAMA
1107 consultasse pelo menos os representantes, não sei se vai ter recomposição ou não, isso tudo tem que
1108 ser dimensionado, mas que consultasse e pedisse a indicação para que exatamente ver se a gente
1109 chega num ideal menos fictício.
1110
1111 **Ruth Tabaczeinski - SECEX/CONAMA**
1112
1113 A Secretaria Executiva do CONAMA normalmente dentro das suas atribuições, uma delas é essa
1114 articulação. Então em geral a gente encaminha ofícios, comunicações solicitando a indicação. Isso aí
1115 será feito.
1116
1117 **Evandro Américo Costa - CNC**
1118
1119 Então vamos fechar essa pauta, esse item da pauta com a criação do GT com o nosso amigo Demétrio
1120 coordenando.
1121
1122 **Ruth Tabaczeinski - SECEX/CONAMA**
1123
1124 A gente poderia só fixar e deixar claro qual é o tema do GT.
1125
1126 **Evandro Américo Costa - CNC**
1127
1128 Bom, aqui está análise da pertinência da criação do novo GT e da realização de um painel sobre o tema
1129 para ser apresentado na 50ª reunião do CONAMA.
1130
1131

1132 **Ruth Tabaczeinski - SECEX/CONAMA**
1133
1134 E eu gostaria assim que fosse deixado claro para a gente deixar ali qual o foco que foi definido então se
1135 o Demétrio puder falar, porque está criado o grupo para tratar tal assunto.
1136
1137 **Demétrio Florentino de Toledo - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**
1138
1139 Pode ser a proposta inicial de tratar da questão de adaptação e em especial adaptação aos impactos
1140 econômicos de mudança climática e como isso afetaria a atuação econômica.
1141
1142 **Sérgio Guimarães - ICV/ONGs CENTRO-OESTE**
1143
1144 Eu vou pedir para me retirar também e agradecer a presença.
1145
1146 **Evandro Américo Costa - CNC**
1147
1148 Ótimo, Sérgio, obrigado pela tua participação e gostaria de ver você aqui sempre junto conosco dando
1149 uma força.
1150
1151 **Sérgio Guimarães - ICV/ONGs CENTRO-OESTE**
1152
1153 Sempre que puder estarei aqui.
1154
1155 **Evandro Américo Costa - CNC**
1156
1157 É isso aí, OK, obrigado. Bom, a ordem do dia acabamos aqui. Vamos passar para os assuntos gerais.
1158 Algum assunto que vocês queiram colocar além dessa pauta? Não?
1159
1160 **Ruth Tabaczeinski - SECEX/CONAMA**
1161
1162 A gente só quer assim solicitar a gentileza de que os Conselheiros presentes levem a seus setores a
1163 divulgação do ocorrido e também subsídios para o evento, para o seminário que a gente vai realizar e
1164 verificar qual a possibilidade de cada um participar, como seria, só reforçando isso que é um trabalho
1165 de todos nós e então a gente não vai deixar só aquele grupo que foi listado, mas todos nós com os
1166 setores aqui representados.
1167
1168 **Evandro Américo Costa - CNC**
1169
1170 Outra pergunta, a data para a próxima reunião vocês vão decidir? Como ficaria?
1171
1172 **Ruth Tabaczeinski - SECEX/CONAMA**
1173
1174 A data, algumas vezes, já sai da própria Câmara Técnica que os membros propõem. Outras vezes a
1175 gente deixa os assuntos evoluir em e marca a partir do momento das necessidades, agora vocês
1176 decidem o que vocês acham.
1177
1178 **Oneida Freitas - Ministério do Turismo**
1179
1180 Levando em conta o seminário, talvez fosse bom que tivesse uma reunião da Câmara Técnica para ver
1181 a proposta do seminário, é uma coisa que eu estou provocando.
1182
1183 **Evandro Américo Costa - CNC**
1184
1185 Eu não sei, o Presidente até agora não apareceu.
1186
1187 **Ruth Tabaczeinski - SECEX/CONAMA**
1188
1189 Nós estávamos conversando aqui eu e Fernando, é interessante isso e já foi até de certa forma
1190 aventado pela Secretaria Executiva, o doutor Nilo, que essa seria uma primeira reunião só de criação e
1191 um segundo momento após a definição de temas, assuntos a serem desenvolvidos, quem seriam, até

1192 estamos aguardando sugestões de palestrantes e dados que o Paulo também vai dar para a gente do
1193 palestrante que ele sugeriu a gente faria uma segunda reunião para definir realmente e deliberar sobre
1194 os temas e palestrantes.

1195

1196 **Fernando Caminati - CONAMA/MMA**

1197

1198 Como o seminário, a proposta seria entre os dias 16 e 17 de maio, então antes disso pelo menos era
1199 bom fazer uma reunião, mas nós temos a reunião ordinária no começo de abril, né? O CONAMA está
1200 com a agenda meio cheia, o ano começou agora depois do carnaval então o CONAMA está com a
1201 agenda bem cheia e tem a reunião ordinária no começo de abril e então depois disso provavelmente,
1202 mas acho difícil apontar uma data exata agora. Mas que fique o indicativo de fazer uma reunião da
1203 Câmara em abril antes do seminário, quando a comissão organizadora já tiver esses elementos, esses
1204 subsídios todos.

1205

1206 **Evandro Américo Costa - CNC**

1207

1208 Bom gente, então dou como encerrada a oitava reunião, e agradecer os participantes e colegas
1209 Conselheiros e a todos. Obrigado (palmas).